

**AS CULTURAS DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS  
ENCONTRAM OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO  
– ENTREVISTA COM HENRY JENKINS**  
**CHILDREN AND YOUTH CULTURES MEET THE CHALLENGES OF  
PARTICIPATION – INTERVIEW WITH HENRY JENKINS**

**Pedro Moura**

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

---

Henry Jenkins, professor *provost* de Comunicação, Jornalismo, Artes Cinematográficas e Educação na Universidade do Sul da Califórnia, está no centro de algumas das mais relevantes discussões mantidas nos campos da comunicação e dos *media* ao longo dos últimos 30 anos. *Textual poachers* (Jenkins, 1992/2013) marcou uma viragem decisiva nos estudos sobre a *fandom*, realçando que os fãs e as suas culturas (participativas) podiam e deviam ser olhados para além dos preconceitos maioritariamente vigentes até então. No início deste século, enquanto as discussões sobre o conceito de convergência estavam centradas em fatalidades tecnológicas e em imperativos económicos, Henry Jenkins enfatizou a necessidade de se prestar atenção às suas dimensões culturais (nomeadamente àquelas derivadas ou inspiradas pela crescente visibilidade e força de culturas participativas), com os seus esforços a culminarem na publicação de um outro livro, *Convergence culture* (Jenkins, 2008). Não surpreendentemente, a participação mantém-se como um conceito relevante nas pesquisas atuais de Henry Jenkins. Nesta entrevista, algumas das ideias de trabalhos anteriores são revisitadas e outras de investigações mais recentes (tal como a de imaginação cívica) são discutidas. Simultaneamente, são também debatidos os dilemas teóricos e metodológicos, do presente e do futuro, que qualquer pessoa que procure compreender a participação enfrenta, bem como lacunas na investigação existente. As especificidades das culturas das crianças e dos jovens quando encontram os desafios da participação guiaram esta conversa.

**Pedro Moura (P. M.):** O conceito de participação – bem como a ideia de uma cultura (mais ou menos) participativa – é central no seu trabalho. Num artigo anterior (Jenkins, 2014, p. 271), enquanto discutia o que pode ser a participação significativa, afirmou que era urgente “desenvolver um vocabulário mais refinado que nos permita distinguir melhor entre diferentes modelos de participação e avaliar onde e como as mudanças de poder podem estar a acontecer”. Desde então, na academia, avançamos de algum modo nestes objetivos? É hoje mais fácil compreender e reconhecer o que é “participação significativa”?

**Henry Jenkins (H. J.):** Sim e não. A questão da participação significativa é até mais urgente hoje, dadas as crises que confrontam as democracias em todo o mundo, do que

era em 2014. O meu blogue, *Confessions of an aca-fan*<sup>1</sup>, acolheu, em 2019, uma conversa entre cerca de 30 investigadores diferentes, focando-se no papel da política participativa numa era de crise global. Num diálogo com Nico Carpentier delineei algumas questões centrais que podemos perguntar sobre qualquer forma de cultura participativa (Jenkins & Carpentier, 2019a):

- *Participação em quê?* Como é que os participantes compreendem a sua própria participação – como parte de um público, um mercado, uma audiência, uma *fandom*, etc.? Até que ponto se identificam como parte de uma comunidade ou de uma rede que é maior do que o individual?
- *Participação para quem e com quem?* Quem está incluído e quem está excluído? Que mecanismos de exclusão e marginalização persistem apesar das oportunidades crescentes para a participação?
- *Participação para que fins?* O que é que as nossas atividades participativas estão a tentar construir? O que é que esperamos atingir ao trabalharmos juntos?
- *Participação sob que termos?* Que constrangimentos são impostos pelos sistemas tecnológicos, económicos, políticos e legais nos quais atuamos?
- *Participação em que grau?* Quais são os limites do poder com origem numa cultura mais participativa?

Às quais Carpentier acrescentou outras três questões suas (Jenkins & Carpentier, 2019b):

- *O que torna a participação possível?* Aqui o foco está nas pré-condições para a participação e que a tornam possível, sejam elas entendidas em termos de possibilidades tecnológicas, políticas governamentais e legais, estratégias corporativas ou estruturas sociais.
- *Qual é o nível da participação?* Existe uma certa sobreposição com a minha questão sobre “participação em que grau”, que pergunta até que ponto é permitido às pessoas participar, mas também podemos pensar nisto como uma questão de escala – quantas pessoas estão a participar.
- *E o que é que a participação faz, então?* Mais uma vez há alguma sobreposição com a minha pergunta relativa à “participação para que fins”, mas vejo esta questão como estando focada nos efeitos concretos da participação – o que é que muda no mundo como consequência da nossa participação?

Colocámo-las em conjunto e começamos a ter um enquadramento que podemos usar para melhor compreender as diferentes formas de participação. Podemos suscitar estas questões, parece-me, sobre a participação em qualquer nível – das interações altamente informais e locais dentro de uma comunidade subcultural às interações globais entre nações, já que é até através de modos relativamente informais de participação que adquirimos as capacidades e as mentalidades que nos permitem participar de formas mais profundas, mais substanciais. Carpentier desenvolveu definições filosoficamente rigorosas que estabelecem fronteiras sobre o que conta como participação. Eu prefiro definições mais confusas, mais fluídas, definições que nos permitam identificar os espaços onde a participação democrática está a lutar para nascer e onde as suas formas ideais ainda não foram atingidas. Mas onde concordamos é no facto de que quando falamos sobre formas de participação estamos a apontar, na realidade, para a interseção entre a democracia e as práticas do quotidiano.

<sup>1</sup> Disponível em <https://henryjenkins.org/>

**P. M.:** O professor integra a The MacArthur Research Network on Youth and Participatory Politics (YPP)<sup>2</sup>. Considerando a investigação desta rede sobre a juventude e políticas participativas, estamos a falar de que tipos de participação? É possível identificar algumas tendências prevalentes ou o cenário é marcado por demasiadas tonalidades diferentes de participação?

**H. J.:** Eu *fui* um elemento dessa rede, que infelizmente acabou a sua missão de 10 anos em 2016, precisamente quando o chão nos fugiu dos pés aqui na América e em muitas outras partes do mundo. O grupo definiu a política participativa como:

atos interativos, baseados em pares, através dos quais indivíduos ou grupos procuram tanto exercer a sua voz como influenciar em matérias de interesse público. Importa notar que estes atos não são guiados por deferência a elites ou instituições formais. Exemplos de atos de política participativa incluem começar um novo grupo político online, escrever e disseminar uma publicação num blogue sobre um tema político, encaminhar um vídeo político engraçado para a rede social de alguém, ou participar numa competição de poesia. (Cohen, Kahne, Bowyer, Middaugh & Rogowski, 2012, p. VI)

Partindo desta definição, o nosso livro *By any media necessary: the new youth activists* (Jenkins, Shresthova, Gamber-Thompson, Kligler-Vilenchik & Zimmerman, 2016) mapeou algumas das formas como as capacidades aprendidas através da cultura participativa estavam a ser aplicadas pelos jovens – neste caso, maioritariamente nos Estados Unidos – para a política participativa e, desde então, o meu grupo de investigação tem continuado a seguir essas conexões, incluindo um estudo de caso recente sobre a campanha “March for Our Lives” (Jenkins & Lopez, 2018), organizada por estudantes do ensino secundário para acabar com a violência com armas. Constatamos que o envolvimento com formas de participação informais, sociais e subculturais (tais como a *fandom*, os jogos, as comunidades de artes e ofícios [*crafts communities*], grupos religiosos, etc.) permitiu que os jovens desenvolvessem as suas próprias vozes como agentes culturais e cívicos, que adquirissem capacidades de organização e de mobilização de outros. As novas formas de participação política que têm sido lideradas por jovens ativistas em todo o mundo mostram novas formas de organização política (que são mais horizontais, participativas e em rede, muitas vezes descritas como “sem líderes”, mas na realidade espaços onde qualquer participante pode desempenhar um papel de liderança, se necessário), novos modos de expressão política (que se baseiam na cultura popular para o seu vernáculo), novas táticas (que procuram a mudança social através de qualquer meio necessário) e novas identidades políticas (que crescem a partir do pensamento intersetorial).

Estamos a ver esforços similares em todo o mundo, dos estudantes nas ruas de Hong Kong ao uso da música cúmbia como um grito de mobilização nas disputas

<sup>2</sup> O site da rede encontra-se disponível em <https://ypp.dmlcentral.net/>

políticas no Chile. Desde que a rede da YPP se dispersou, a minha equipa tem-se focado mais naquilo que descrevemos como imaginação cívica, olhando para as diferentes maneiras como os movimentos sociais imaginam os futuros que estão a trabalhar para atingir, para a sua própria agência cívica e identidade, para as ligações que partilham com outros nas suas comunidades e para além destas, para os processos de mudança política e para os espaços onde desenvolvem as suas atividades. Esta investigação<sup>3</sup> inclui tanto estudos de caso – como aqueles refletidos no nosso livro recente *Popular culture and the civic imagination* (Jenkins, Peters-Lazaro & Shresthova, 2020) – como workshops em comunidades em todo o mundo – tal como relatado noutra obra recente, *Practicing futures* (Shresthova & Peters-Lazaro, no prelo). O nosso objetivo é desenvolver uma teoria cultural da mudança política, perceber como é que as pessoas se baseiam em recursos partilhados (sejam eles religiosos, do folclore, da cultura popular, ou da história nacional) para imaginar outras possibilidades para si e para motivar a sua ação política. Estamos cada vez mais interessados no cívico como os acordos sociais que os membros de comunidades estabelecem entre si e que permitem que as lutas pelo poder e recursos (i.e., a política) persistam sem destruírem totalmente aquilo que nos une, tornando a democracia possível. Estamos interessados em saber como esses atos de imaginação podem, em determinados casos, preceder ou continuar após a usurpação das estruturas políticas da participação democrática por forças mais totalitárias. Assim, por exemplo, que inspiração retiram os estudantes de Hong Kong da entoação coletiva de “Do you hear the people sing?”, de *Os Miseráveis*, como uma expressão das suas aspirações por uma cultura mais democrática, ou como é que a comédia no YouTube pode providenciar uma voz residual ao protesto dos estudantes no Egito após o colapso do movimento da Primavera Árabe aí?

**P. M.:** E os jovens que não se envolvem nessas atividades, nomeadamente os pares (colegas de escola, por exemplo) daqueles que o fazem? No âmbito da rede ou em outros dos seus trabalhos encontraram-se algumas das razões que possam explicar porque é que esses jovens não querem ou não podem fazer parte desses atos de participação? Como é que os mais participativos olhavam para a ausência de participação (tanto quanto conseguiam perceber, pelo menos) de outros jovens como eles?

**H. J.:** Em primeiro lugar, encontramos exemplos na nossa investigação para *By any media necessary: the new youth activists* (Jenkins et al., 2016) de jovens que eram fãs ativos e que trouxeram amigos e outros (que não eram necessariamente fãs) para se envolverem com a “Harry Potter Alliance”, os “Nerdfighters” e outros esforços de ativismo de fãs. Alguns juntaram-se simplesmente porque gostavam da comunidade, e não necessariamente dos conteúdos que lhe dão origem.

Em segundo lugar, a rede “Connected Learning” (Ito et al., 2012; Ito et al., 2018; Watkins et al., 2018), que também parte dos esforços da Fundação MacArthur, tem dedicado mais tempo a identificar as condições que permitem aos jovens traduzir as capacidades,

<sup>3</sup> O site do projeto encontra-se disponível em <https://www.civicimaginationproject.org/>

conhecimentos e experiência adquiridos através do envolvimento em redes participativas informais em capital cultural que os beneficia na escola, no trabalho ou em outros sítios. De forma geral, a sua investigação reconhece a necessidade de haver orientação por adultos, pessoas que simpatizam com os modos como os jovens beneficiam da participação online e que sabem o suficiente para oferecer conselhos éticos sobre a melhor maneira de lidar com os riscos e conflitos que as crianças e os jovens aí podem encontrar. Sem a orientação de adultos, alguns jovens podem não encontrar o caminho para comunidades relacionadas com os seus interesses e paixões ou não aprender a usar essas experiências como uma porta de entrada para outras oportunidades de crescimento e aprendizagem. Alguns jovens encontram os seus mentores em comunidades de fãs, de jogos ou de artes e ofícios – pessoas que reconhecem algo de si mesmas nesses jovens e que estão lá para lidar com alguns dos obstáculos ao longo do caminho. Estamos a começar a compreender os muitos fatores que limitam os graus de participação dos jovens – de questões de acesso às tecnologias ao sistema de apoio que valoriza a participação dos jovens e às capacidades essenciais de literacia –, mas sabemos menos sobre o que pode motivar um jovem em detrimento de outro, dadas as mesmas condições, para escolher participar face a uma determinada oportunidade. E ainda não sabemos bem o que os jovens participantes pensam de outros jovens que não estão a participar – que formas de pressão por pares podem apontar para a participação, em vez de serem hostis em relação aos aspetos mais *geekier* ou *nerdier* da cultura participativa.

**P. M.:** Uma adolescente de 17 anos, Greta Thunberg, tem sido capaz de marcar, pelo menos em parte, a agenda internacional sobre a emergência climática. Tanto quanto consigo perceber, parece-me seguro identificar duas grandes reações: uma entusiástica, entre círculos mais progressistas, e outra antagónica, nomeadamente entre pessoas mais conservadoras. Como é que podemos entender esta diversidade de reações? Por exemplo, a ênfase recorrentemente dada à sua idade, por qualquer uma destas tendências, mostra o quanto não acostumados estamos a ouvir e a ser confrontados com as ideias das crianças e dos jovens?

**H. J.:** Quando penso nas vozes políticas que mais me inspiraram no último ano, estas são as de jovens – de Greta aos estudantes do ensino secundário de Parkland e a Alexandra Ocasio-Cortez, na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. Estamos a ver algo semelhante ao experienciado nos anos 1960, quando os jovens questionaram os mais velhos e exigiram um futuro melhor. No entanto, tem razão quando diz que estes são dos grupos e indivíduos mais denegridos à direita. A nossa investigação constatou que organizações de direita tendem a ser mais hierárquicas, menos participativas, menos abertas à voz e ao envolvimento ativos dos jovens, apesar da retórica que sugere que estas organizações estão mais próximas das pessoas do que as chamadas “elites liberais”. É mais provável que a direita (pelo menos no contexto norte-americano que estudámos) recrute jovens intelectuais de universidades de elite para os seus *think thanks* do que apoie jovens na criação das suas próprias organizações para

trabalharem pela mudança social. O *Tea Party*, que é muitas vezes avançado como um exemplo de um movimento mais participativo à direita, favorece as lideranças mais velhas, com pouco ou nenhum espaço para os jovens. A “direita alternativa” tem sido, de certo modo, mais agressiva no recrutamento de jovens rapazes brancos enfurecidos em fóruns de fãs ou plataformas de jogos, mas os conservadores têm procurado manter esses jovens nos seus lugares. Portanto, não devemos ficar surpreendidos quando comentaristas de direita dizem aos jovens ativistas para regressarem à escola e esperarem até terem idade suficiente para participar no processo político. Estes comentários são consistentes com várias estratégias de supressão de eleitores nos Estados Unidos que, entre outros grupos, visam as populações estudantis. Claro que nós, à esquerda ou à direita, não providenciamos espaços significativos para que os jovens possam partilhar as suas preocupações políticas com adultos; é por isto que os momentos em que os jovens líderes emergem e perturbam a política tradicional são tão admiráveis. Mas estamos a ver mais destes momentos em todo o mundo como resultado da participação ativa dos jovens em espaços online que amplificam as suas vozes individuais e que facilitam a ação coletiva. E é entusiasmante quando, por exemplo, a Greta surge como a “Pessoa do Ano” para a *Time*, já que isto sugere o poder destes modelos alternativos de liderança política para fazer a diferença nas conversas generalizadas dos *media* – pelo menos algumas vezes.

**P. M.:** Diria que outra das suas ideias-chave tem sido transversal à conversa. Isto é, esses grupos informais, mobilizados por interesses e muitos vezes baseados nos *media* online podem ser discutidos como as atividades de comunidades de conhecimento. Concorda? Este conceito é ainda capaz de representar algumas das formas mais relevantes de participação coletiva? No caso dos jovens, como é que esta ou outras formas de participação se relacionam com instâncias de socialização mais tradicionais, como as famílias ou a escola?

**H. J.:** O conceito de comunidades de conhecimento é ainda muito importante para se perceber a ligação entre a cultura participativa e a política e as aprendizagens participativas. Numa comunidade de conhecimento ninguém sabe tudo, mas as pessoas conjugam recursos, alertam-se uns aos outros para novos desenvolvimentos, fazem evoluir vernáculos partilhados para expressar conceitos mútuos, mobilizam-se rapidamente como resposta a mudanças nos seus ambientes. É precisamente isto que encontramos quando olhamos para as organizações de juventude que têm sido bem-sucedidas na mobilização de jovens para o ativismo. Por exemplo, temos assistido a jovens no movimento “Dreamer” ou no movimento “March for Our Lives” a identificar leis locais ou estatais que estão sob debate e a direcionar respostas coletivas e recursos para sítios onde podem fazer a diferença. O movimento “March for Our Lives” foi bem-sucedido na mudança de mais de 55 leis das armas em 26 estados (Jenkins & Lopez, 2018). O movimento “Black Lives Matter” também funciona como uma comunidade de conhecimento que identifica padrões de violência policial racial através do uso de uma *hashtag* comum

para acumular informação sobre exemplos locais que poderiam passar despercebidos, apontando coletivamente para problemas sistemáticos. Em relação à última questão, não quero dizer que estas redes substituem outros instrumentos de socialização, ainda que sem dúvida o façam para alguns jovens que, de outra forma, poderiam não ser notados. Elas funcionam em parte porque atraem jovens e adultos, facilitando uma série de relações informais e formais de orientação que não ocorreriam de outra forma. É por isso que o pânico relativo às ameaças online de adultos para os jovens é tão trágico. Todos sabemos que é necessária uma aldeia para criar uma criança, como diz uma velha expressão, mas por vezes estamos tão ocupados em proteger a criança face à aldeia que falhamos no reconhecimento e apoio à mais-valia deste tipo de trocas intergeracionais. Se reconhecermos a força deste tipo de relações de apoio não temos de ver o mundo online como uma ameaça às escolas e famílias. A rede “Connected Learning” (Ito et al., 2018) tem-nos oferecido modelos sobre o modo como a aprendizagem pode acontecer na interseção entre a escola, a casa e a cultura de pares.

**P. M.:** Tal como já mencionado, alguma da sua investigação sobre a participação e ativismo dos jovens parte da *fandom* e de conteúdos como as narrativas transmediáticas; da premissa de que as tentativas de participação neste tipo de cultura popular podem ser uma porta de entrada para outras formas de participação (Jenkins, 2008, 2012a). Ao fim de todos estes anos, qual é o balanço que faz? Aqueles que não são fãs estão também a beneficiar, de alguma maneira, das oportunidades da cultura *pop* para participar?

**H. J.:** É aqui que o nosso conceito de *imaginação cívica* ganha algum do seu poder. O ativismo dos fãs representa uma forma que a imaginação cívica pode assumir, onde as pessoas exploraram a infraestrutura estabelecida pela *fandom* para organizarem a ação coletiva. Tenho observado um caso recente a este propósito. J.K. Rowling fez recentemente algumas afirmações que foram lidas como tendo preconceitos contra as pessoas transgénero. As notícias espalharam-se rapidamente online como consequência da rede já existente de ativistas que cresceu em torno de Harry Potter ao longo dos anos. E Jackson Bird (2019), que pertenceu à “Harry Potter Alliance”, escreveu um editorial poderoso no *The New York Times* a expressar o seu descontentamento como alguém que se assumiu como trans devido ao apoio da comunidade de fãs de Harry Potter. Jackson é de uma geração de jovens ativistas que encontraram a sua voz política através de Harry Potter e que estão agora a trabalhar para a mudança social num conjunto de outras causas. Essa história partilhada possibilita o trabalho coletivo desses grupos quando chega a hora de uma ação intersectorial. Mas a *fandom* é apenas um tipo de cultura participativa através da qual as pessoas podem adquirir capacidades para trabalhar em favor da mudança social. E os *media* de culto representam simplesmente uma fonte da qual os ativistas podem derivar o vocabulário comum pelo qual expressam a sua visão para um mundo melhor. Em alguns casos, os memes estão a ganhar raízes numa comunidade e a espalhar-se pela cultura. Em muitos casos, os protestos mobilizam um amplo

conjunto de mitologias populares nos seus cartazes e discursos. Tudo isto para dizer que a *fandom* representou o meu ponto de partida para explorar estas ligações, mas hoje, para onde quer que olhemos, a política está a ser moldada pelas expectativas de participação e pela linguagem extraídas da cultura popular. Isto está a chegar a muitas pessoas que não chamariam a si mesmas fãs, mas que são inspiradas até pelo consumo casual da cultura popular para ver o mundo com um olhar distinto. E enquanto vemos a cultura popular como um vernáculo-chave para os jovens ativistas de hoje, também vemos formas de ativismo que se baseiam em organizações religiosas, sejam elas grupos de direitos de imigrantes assentes na comunidade muçulmana norte-americana ou campanhas anti pobreza com origem em igrejas do Sul.

**P. M.:** A dissonância pública entre o mais reconhecido autor de um *franchise* transmediático e parte da *fandom* deste é algo que me diz muito, à minha condição de *aca-fan*, para usar outra das suas expressões. Esse exemplo recente dentro do mundo de Harry Potter, discutido num jornal de referência como o *The New York Times*, ou, indo para algo que me é mais familiar, as controvérsias e acusações (de ambos os lados, de misoginia a agendas escondidas) em torno das razões para a receção divergente de *Star Wars* agora que é desenvolvido pela Disney, mostram quanta visibilidade a *fandom* conquistou desde a publicação do seminal *Textual poachers* (Jenkins, 1992/2013). Tal como refere, estas histórias podem fomentar a participação, ao inspirar ações, ao providenciar recursos simbólicos, etc.. Mas existe algum lado negro em tudo isto?

**H. J.:** Hoje temos um vasto conjunto de trabalhos que mostra a ampla variedade de capacidades de literacia, sociais, cívicas e técnicas que a *fandom* pode ajudar a desenvolver (Jenkins, 2019). Mas estou tão preocupado como qualquer outra pessoa com alguns dos aspetos cada vez mais tóxicos das culturas de fãs contemporâneas. A controvérsia em torno do “#gamergate”, que direcionou uma fúria maioritariamente masculina contra a participação de mulheres no mundo dos videojogos (como jogadoras, desenvolvedoras e críticas), aumentou a nossa consciência sobre estas tensões em redor da raça, género, sexualidade e outras diferenças dentro de comunidades online (Gray & Leonard, 2018). A reação negativa, maioritariamente branca e masculina, contra *Os Últimos Jedi* é um outro exemplo de como estas comunidades podem agir contra aquilo que veem como uma ameaça ao seu privilégio enraizado (Proctor, 2019). Alguma investigação (Bay, 2018) sugere que estas tensões têm sido alimentadas por grupos externos – *hackers* russos, por exemplo, à procura de explorar questões sensíveis na cultura norte-americana antes das eleições de 2016, e grupos da “direita alternativa” ou de supremacistas brancos, que tentam recrutar jovens e têm ambos sido vistos como estando a desempenhar um papel na intensificação e manutenção da controvérsia em torno de *Os Últimos Jedi*.

Tem também havido uma tendência para sobrevalorizar algumas destas tensões através da cobertura noticiosa, que se foca nos aspetos mais odiosos da *fandom* ao mesmo tempo que subrepresenta os esforços dos fãs para apoiar, digamos, uma representação mais inclusiva. Neste momento, por exemplo, observo fãs a reunirem-se em

torno da atriz Kelly Marie Tran, que foi em primeiro lugar alvo de *bullying* online durante os debates em torno de *Os Últimos Jedi* e que agora, muitos sentem, foi marginalizada em *A Ascensão de Skywalker* como resultado dos esforços da Disney para apaziguar os fãs descontentes. Devemos estar preocupados com estes lados negros da cultura participativa, mas também devemos estar conscientes dos modos como a *fandom* tem sido usada como um campo de testes para maneiras alternativas de representar a raça e a sexualidade (Jenkins, 2017) ou como um grupo defensor de uma maior diversidade na indústria do entretenimento (Lopez, 2012). Nós, os que nos preocupamos com a participação significativa, precisamos de falar quando certos grupos de fãs ou de jogadores se tornam tóxicos, mas também precisamos de ajudar a contextualizar estes desenvolvimentos para que não manchem todas as formas de cultura participativa. Mais uma vez, temos de desenvolver uma compreensão mais profunda das diferentes formas de participação à medida que procuramos ajudar os jovens a encontrar os seus caminhos em comunidades que melhor podem apoiar os seus interesses e aspirações.

**P. M.:** Num estudo de caso anterior com jovens portugueses, desenvolvido no âmbito do projeto “Transmedia Literacy”, os autores constaram uma discrepância entre as aprendizagens formais e informais (Pereira, Fillol & Moura, 2019). Ainda que os conteúdos da cultura *pop*, como os YouTubers, fossem fontes relevantes de aprendizagem, não eram de todo abordados em aula. As práticas de aprendizagem informal dos alunos não eram valorizadas ou discutidas; alguns jovens também consideravam “natural” a falta de conhecimento dos seus professores sobre as suas práticas com os *media*. A sua investigação, num contexto diferente do português, também sugere que os *media* (e grande parte das culturas das crianças e jovens) ficam de fora da sala de aula?

**H. J.:** Sim, esta é uma preocupação que tem sido evocada constantemente. A cultura escolar tem sido marcada por modelos antigos de política (que enfatizam as estruturas governamentais em lugar dos movimentos sociais de base) e de cultura (que valorizam a tradicional alta cultura em vez da cultura popular). Algumas destas condicionantes derivam de boas intenções, como o desejo de fazer da escola um espaço não-comercial, que levam à desconfiança dos educadores face à cultura popular, vista como de massas. Ainda assim, estas atitudes são de um alcance limitado, já que não propiciam um contexto favorável para o desenvolvimento da literacia mediática como um conjunto de capacidades que encoraja os jovens a discernir as motivações e as mensagens que chegam das indústrias dos *media*. Parecem estar progressivamente fora de contacto com o mundo onde jovens encontram a sua voz e fomentam a mudança através do seu envolvimento significativo com as comunicações em rede e pela remistura criativa dos recursos da cultura popular. É importante para os jovens aprender com outros de várias partes do mundo, que estão a tomar os *media* pelas suas próprias mãos e a usá-los como ferramenta para a mudança social. A situação atual pode ser profundamente desencorajadora, visto que os jovens são ensinados a sentir-se culpados das suas estratégias que são bem-sucedidas fora da sala de aula, a desconfiar dos seus julgamentos e a desvalorizar a sua participação sob o olhar reprovador dos seus professores.

**P. M.:** Por falar em literacia mediática, a participação mas também a produção fazem parte da definição da Comissão Europeia, acompanhando preocupações mais clássicas relativas ao acesso, uso e compreensão crítica (Recomendação 2009/625/CE). Contudo, avaliar e compreender os diferentes tipos de produção – distinguir graus de empenho, valores de produção, consciência e espírito crítico, desta vez face às criações dos próprios jovens, etc. – pode ser uma tarefa desafiante (Pereira & Moura, 2019). Mais uma vez, estamos a falar daquilo que é significativo: do que uma criação significativa pode ser, mas também de como a reconhecer e compreender, do ponto de vista do investigador, quando os códigos culturais em jogo o podem separar dos jovens. Quais são os desafios de estudar as práticas de produção dos jovens?

**H. J.:** Estas questões não podiam ser mais urgentes. Temos de investigar para além das comunidades de aprendizagem informal que mais se assemelham com as formas de conhecimento que os adultos já valorizam. Estas redes são também propícias a ser as comunidades que atraem os jovens que já beneficiam dos recursos da educação convencional. Se não formos cuidadosos, o apoio a este tipo de oportunidades de aprendizagem informal pode simplesmente ser uma outra forma de privilégio já usufruído pelas classes média e alta. Também devemos ter cuidado com a imposição de estruturas que transformam os mecanismos de recompensa e progressão nessas comunidades naqueles que são já controlados e policiados por adultos. Esta é a razão pela qual me tenho historicamente oposto à tendência de as legitimar com um emblema ou credencial, que foi uma moda no mundo dos *media* digitais e aprendizagem há alguns anos (Jenkins, 2012b). Mais uma vez, tais mecanismos podiam ser um desincentivo para aqueles que se sentem muitas vezes marginalizados ou desencorajados na cultura escolar e que precisam de espaços alternativos onde possam desenvolver-se e aprender. Idealmente, podemos ter a abertura para questionar porque é que as atividades ou os materiais que podem não ser significativos para nós o são tanto para os jovens, em especial para aqueles nas margens ou em risco. Esta abordagem, tal como sugere, requer que aprendamos a ler códigos culturais que podem ser não só simplesmente estranhos para nós, mas que foram desenhados para ser críticos aos nossos olhos como forma de proteger um espaço autónomo para os jovens. Precisamos de compreender antes de tentarmos avaliar as maneiras como a aprendizagem acontece aqui. O derradeiro avaliador do seu significado serão os jovens envolvidos e o desafio último para os educadores é ouvir o que eles têm a dizer sobre os seus valores, mesmo quando os jovens não falam fluentemente a língua da cultura escolar.

**P. M.:** Um dos artigos que já referi (Pereira et al., 2019), bem como alguns dos seus trabalhos mais recentes (e.g. Jenkins, Peters-Lazaro & Shresthova, 2020; Jenkins, Shresthova, Gamber-Thompson, Kligler-Vilenchik & Zimmerman, 2016), são mais ou menos baseados em estudos de caso. É possível (ou até desejável) ir além destas abordagens tipicamente estreitas? Que tipos de abordagens metodológicas o professor imagina para o futuro da investigação sobre as culturas das crianças e dos jovens?

**H. J.:** Felizmente temos investigadores a abordar esta questão de ambas as direções – as generalizações mais amplas dão-nos o vocabulário comum que podemos usar para tecer comparações entre estudos de caso, ao passo que os estudos de caso permitem-nos lidar com as complexidades e as contradições que surgem das nossas tentativas de aplicar as teorias. O meu viés como investigador favorece os estudos de caso, já que gosto do processo de descoberta que vem do olhar próximo sobre algo que está a acontecer. Através dos estudos de caso posso encontrar exemplos de inovação cultural e política e lembretes da capacidade de ação das pessoas para mudar coletivamente as suas condições enquanto negociam com as restrições do mundo real. As nossas teorias serão sempre desadequadas perante a confusão que é a vida do quotidiano e, portanto, testámo-las e refinámo-las através de estudos de caso. Mas muitas vezes precisamos daquelas teorias de modelos em torno das quais estruturamos as descrições do que observamos e usamos como meios para comunicar os nossos resultados a outros investigadores que se encontram a colocar as mesmas questões. À medida que fazemos este trabalho, também precisamos de uma mistura de crítica (que nos ajuda a identificar onde as circunstâncias atuais falham no encontro das necessidades humanas básicas) e de militância (que nos permite articular alternativas ao *status quo*). Existe uma tendência entre académicos progressistas para sobrevalorizar a crítica à custa do ativismo, enquanto eu vejo o meu trabalho como estando à procura de mapear e defender as alternativas criativas que melhor respondem aos desejos, esperanças e aspirações para um mundo melhor. Vejo este trabalho como forma de contrabalançar o pessimismo que é muitas vezes a consequência não intencional do discurso académico focado exclusivamente na crítica.

Tradução: Pedro Moura

#### AGRADECIMENTOS

Esta entrevista, conduzida por email, foi realizada no âmbito do projeto de doutoramento intitulado “Narrativas transmediáticas no quotidiano dos jovens: estudo empírico com alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/124039/2016).

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020. O Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (UIDB/00736/2020) apoiou a revisão linguística das perguntas da entrevista (versão inglesa).

#### REFERÊNCIAS

Bay, M. (2018). *Weaponizing the haters: The Last Jedi and the strategic politicization of pop culture through social media manipulation*. Manuscrito submetido para publicação. Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/328006677\\_Weaponizing\\_the\\_haters\\_The\\_Last\\_Jedi\\_and\\_the\\_strategic\\_politicization\\_of\\_pop\\_culture\\_through\\_social\\_media\\_manipulation](https://www.researchgate.net/publication/328006677_Weaponizing_the_haters_The_Last_Jedi_and_the_strategic_politicization_of_pop_culture_through_social_media_manipulation)

- Bird, J. (2019, 21 de dezembro). 'Harry Potter' helped me come out as trans, but J.K. Rowling disappointed me. *The New York Times*. Retirado de <https://www.nytimes.com/2019/12/21/opinion/jk-rowling-twitter-trans.html>
- Cohen, C., Kahne, J., Bowyer, B., Middaugh, E. & Rogowski, J. (2012). *Participatory politics: new media and youth political action*. Retirado de <https://ypp.dmlcentral.net/publications/107.html>
- Gray, K. & Leonard, D. J. (Eds.) (2018). *Woke gaming: digital challenges to oppression and social injustice*. Seattle: University of Washington Press.
- Ito, M., Gutiérrez, K., Livingstone, S., Penuel, B., Rhodes, J., Salen, K., Schor, J., Sefton-Green, J. & Watkins, S. C. (2012) *Connected learning: an agenda for research and design*. Retirado de <https://dmlhub.net/publications/connected-learning-agenda-for-research-and-design/index.html>
- Ito, M., Martin, C., Cody, R., Rafalow, M. H., Salen, K. & Wortman, A. (2018). *Affinity online: how connection and shared interest fuel learning*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H. (1992/2013). *Textual poachers: television fans and participatory culture*. Nova Iorque: Routledge.
- Jenkins, H. (2008). *Convergence culture: where old and new media collide*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H. (2012a). "Cultural acupuncture": fan activism and the Harry Potter Alliance. *Transformative Works and Culture*, 10. <https://doi.org/10.3983/twc.2012.0305>
- Jenkins, H. (2012b, 04 de março). How to earn your skeptic 'badge' [Post em blogue]. Retirado de [http://henryjenkins.org/blog/2012/03/how\\_to\\_earn\\_your\\_skeptic\\_badge.html](http://henryjenkins.org/blog/2012/03/how_to_earn_your_skeptic_badge.html)
- Jenkins, H. (2014). Rethinking 'Rethinking convergence/culture'. *Cultural Studies*, 28(2), 267-297. <https://doi.org/10.1080/09502386.2013.801579>
- Jenkins, H. (2017). Negotiating fandom: the politics of racebending. In M. A. Click & S. Scott (Eds.), *The Routledge companion to media fandom* (pp. 383-394). Nova Iorque: Routledge.
- Jenkins, H. (2019). 'Art happens not in isolation, but in community': the collective literacies of media fandom. *Cultural Science Journal*, 11(1), 78-88. <https://doi.org/10.5334/csci.125>
- Jenkins, H. & Carpentier, N. (2019a, 30 de maio). Participatory politics in an age of crisis: Henry Jenkins & Nico Carpentier (part I) [Post em blogue]. Retirado de <https://henryjenkins.org/blog/2019/5/30/participatory-politics-in-an-age-of-crisis-henry-jenkins-amp-nico-carpentier-part-i>
- Jenkins, H. & Carpentier, N. (2019b, 07 de junho). Participatory politics in an age of crisis: Henry Jenkins & Nico Carpentier (part III) [Post em blogue]. Retirado de <https://henryjenkins.org/blog/2019/6/1/participatory-politics-in-an-age-of-crisis-henry-jenkins-amp-nico-carpentier-part-iii-thh7l>
- Jenkins, H. & Lopez, R. A. (2018). On Emma Gonzalez's jacket and other media: the participatory politics of the #neveragain movement. *The Brown Journal of World Affairs*, XXV(1), 117-134. Retirado de <http://bjwa.brown.edu/25-1/on-emma-gonzalez-s-jacket-and-other-media-the-participatory-politics-of-the-neveragain-movement/>
- Jenkins, H., Shresthova, S., Gamber-Thompson, L., Kligler-Vilenchik, N. & Zimmerman, A. M. (2016). *By any media necessary: the new youth activism*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H., Peters-Lazaro, G. & Shresthova, S. (2020). *Popular culture and the civic imagination: case studies of creative social change*. Nova Iorque: New York University Press.

- Lopez, L. K. (2012). Fan activists and the politics of race in *The Last Airbender*. *International Journal of Cultural Studies*, 15(5), 431-445. <https://doi.org/10.1177/1367877911422862>
- Pereira, S., Fillol, J. & Moura, P. (2019). Young people learning from digital media outside of school: the informal meets the formal. *Comunicar*, 58, 41-50. <https://doi.org/10.3916/C58-2019-04>
- Pereira, S. & Moura, P. (2019). Assessing media literacy competences: a study with Portuguese young people. *European Journal of Communication*, 32(1), 20-37. <https://doi.org/10.1177/0267323118784821>
- Proctor, W. (2019). A New Hate?: the war for Disney's Star Wars. In W. Proctor & R. McCullough (Eds.), *Disney's Star Wars: forces of production, promotion and reception* (pp. 301-323). Iowa City: University of Iowa.
- Recomendação 2009/625/CE, de 20 de agosto, Comissão Europeia.
- Shresthova, S. & Peters-Lazaro, G. (no prelo). *Practicing futures: a civic imagination action handbook*. Peter Lang.
- Watkins, S. C. with Lombana-Bermudez, A., Cho, A., Vickery, J. R., Shaw, V. & Weinzimmer, L. (2018). *The digital edge: how black and latino youth navigate digital inequality*. Nova Iorque: New York University Press.

#### NOTA BIOGRÁFICA

Pedro Moura é investigador de doutoramento na Universidade do Minho (programa doutoral em Ciências da Comunicação). É também investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. As suas principais áreas de investigação são os públicos dos *media*, as narrativas transmediáticas e a educação e literacia para os *media*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1807-7447>

Email: [pedromourarsp@gmail.com](mailto:pedromourarsp@gmail.com)

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

\* **Submissão: 15/01/2020**

\* **Aceitação: 28/04/2020**